

O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE SANTA CATARINA E DAS SDRs GRANDE FLORIANÓPOLIS, BLUMENAU E JOINVILLE (1991-2010)

Vanessa Krützmänn¹⁷
Angélica Massuquetti¹⁸
Eduarda Martins Correa da Silveira¹⁹

Resumo:

O objetivo do artigo foi analisar o desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina e das SDRs Grande Florianópolis, Blumenau e Joinville no período 1991-2010. A metodologia empregada foi a análise de indicadores e de índices de desenvolvimento nas dimensões longevidade, educação e renda. Os resultados revelam que houve o crescimento da participação do PIB do estado na Região Sul e no Brasil. O estado obteve muito alto desenvolvimento, em 2010, apenas no IDHM Longevidade, encontrando-se em alto desenvolvimento no IDHM Renda e médio desenvolvimento no IDHM Educação. Em relação às SDRs, observou-se avanço nos índices dos municípios, contudo, as disparidades entre os mesmos ainda permanecem. Apesar da evolução do IDHM Educação nas Secretarias e nos municípios, esta dimensão é a que mais exige políticas públicas para o desenvolvimento dessas regiões.

Palavras-chave: Descentralização; Desenvolvimento; SDRs; IDHM.

SOCIOECONOMIC DEVELOPMENT OF STATE OF SANTA CATARINA AND THE SDRs OF THE GREAT FLORIANÓPOLIS, BLUMENAU AND JOINVILLE (1991-2010)

Abstract:

This paper analyses the socioeconomic development of state of Santa Catarina and the SDRs of the great Florianópolis, Blumenau and Joinville in the period 1991-2010. The methodology employed was based on the analysis of indicators and development indices related to income, education and longevity. The results show an increase in the share of the state in both the south region and national GDPs. The state obtained a very high development in 2010 only in the IDHM that measures longevity and a high development in income and an average development in the IDHM that measures education. In relation to SDRs, there was an improvement in the indices of the cities examined, however the disparities among them remained strong. Despite the increase in the IDHM that measures education in the cities, this dimension is the one that most requires public policies to develop these regions.

Key-words: Decentralization; Development; SDRs; IDHM.

¹⁷ Mestre em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). E-mail: vanessakrutzmänn@hotmail.com

¹⁸ Professora do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). E-mail: angelicam@unisinós.br

¹⁹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). E-mail: eduarda629@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A crise do estado nacional-desenvolvimentista, ocorrida na década de 1980, estimulou o processo de descentralização política, administrativa e fiscal no Brasil, com o objetivo de redistribuir poder e recursos aos estados e municípios. A Constituição Federal de 1988 legitimou este processo, definindo os recursos que deveriam ser repassados, assim como as obrigações do setor público perante a população. A descentralização política representa a indispensabilidade de fortalecer a representação local e a participação popular, enquanto a descentralização administrativa refere-se ao repasse de certas responsabilidades na execução de políticas públicas da instância federal para os estados e os municípios. Por fim, a descentralização fiscal representa a divisão das receitas do nível federal com os níveis subnacionais do governo (KRÜTZMANN; MASSUQUETTI, 2010a).

De acordo com as autoras, esse processo estimulou o estado de Santa Catarina a criar as Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs)²⁰, em 2003. A organização dos territórios em regiões menores permite estudar os problemas regionais de forma mais específica. Assim, a política pública se torna mais eficiente, pois há um direcionamento do gasto público para as áreas mais necessitadas e também uma fiscalização por parte das Secretarias, buscando uma melhor qualidade de serviços públicos. As SDRs, portanto, foram formas que o estado buscou para se enquadrar no processo de descentralização.

A fundação das Secretarias pode ser considerada um rompimento da forma tradicional da gestão pública. Essa descentralização ocasionou um novo paradigma de desenvolvimento econômico, pensado no âmbito regional/local e voltado para a articulação dos atores sociais. Suas missões são constituir um espaço, em nível regional, que se destine a construir parcerias tanto econômicas quanto sociais, utilizando-se da articulação política que tenha interesses locais e regionais e que se centre em montar estratégias específicas para o desenvolvimento do estado. Portanto, é possível considerar as SDRs como regiões econômicas, na concepção de *Jacques Boudeville*, pois todas têm em sua formação a contiguidade geográfica, estatisticamente mensurável e, além disso, foram constituídas a partir do prisma da tomada de decisão política. Pode-se verificar, também, que o planejamento feito pelo estado, quando vinculou uma região a um mesmo plano de desenvolvimento, pode ser visto como uma forma de classificação de espaço econômico definido por *François Perroux*: espaço de planejamento (COSTA et al., 2011).

²⁰ As SDRs foram criadas pelo governador Luiz Henrique da Silveira, por meio da Lei nº 243, de 30 de janeiro de 2003, e alterada pela Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007.

Essa forma de planejamento descentralizado, portanto, demonstra a relevância do tema do desenvolvimento regional. Esse estudo analisa o desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina e de suas principais SDRs – Grande Florianópolis, Blumenau e Joinville –, no período 1991-2010. Em 2010, essas três Secretarias representaram, aproximadamente, 36% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual. A metodologia empregada foi a análise de indicadores e de índices de desenvolvimento nas dimensões longevidade, educação e renda.

Esse artigo está dividido em quatro seções, considerando a Introdução. Na segunda seção é ressaltado o debate acerca da descentralização em Santa Catarina e são caracterizadas as regiões de estudo. A metodologia empregada no estudo e os resultados obtidos são apresentados na terceira seção. Por fim, na quarta seção, são expostas as considerações finais.

2 - A DESCENTRALIZAÇÃO EM SANTA CATARINA E AS SDRs

2.1 - Descentralização em Debate

De acordo com Butzke et al. (2009), a criação das SDRs, em parceria com Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), teve o objetivo de promover o desenvolvimento territorial equilibrado e sustentável²¹. Os autores relataram que foi adotada, por parte do governo estadual, no entanto, uma tática de descentralização articulada “de cima para baixo”, ao invés de utilizar outros recortes espaciais já existentes no estado, ocasionando uma desarticulação dos Fóruns de Desenvolvimento Regional e das Associações dos Municípios, já existentes e bem articulados. Apesar das críticas ao modelo de descentralização catarinense, as SDRs revelam uma estratégia de planejamento, segundo os autores, que articula elementos convencionais de planejamento e novos, sustentados na democracia, na descentralização e na sustentabilidade.

Em relação à descentralização e ao desenvolvimento, Rudnick e Mattedi (2009), ao analisarem a política de descentralização no estado catarinense, observaram que ainda há

²¹ No caso do Rio Grande do Sul, os estudos realizados sobre os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDE) mostram que eles representam a realidade de seus municípios integrantes e, por isso, têm conquistado as comunidades como meio de articulação regional e determinação de uma melhor estratégia de desenvolvimento de cada uma das 28 (2014) regiões em que é dividido o Rio Grande do Sul. É justamente essa a visão dos Conselhos, ou seja, articular os atores sociais, econômicos e políticos, ajudando-os a se organizar, para então poderem formular sozinhos seus próprios modelos de desenvolvimento regional voltados para um desenvolvimento sustentável (KRÜTZMANN; MASSUQUETTI, 2010a).

concentração de investimentos em determinadas regiões, como na capital e em regiões desenvolvidas próximas ao litoral. Deste modo, as desigualdades regionais permanecem como uma realidade no estado. Mesmo assim, as Secretarias desempenharam a função de gerar representações nas diferentes localidades de Santa Catarina.

Com o intuito de compreender a descentralização no estado catarinense, Birkner e Tomio (2011) avaliaram seus avanços e gargalos. Os autores identificaram que ainda há uma concentração dos investimentos orçamentários e que isto impede a redução efetiva das desigualdades socioeconômicas regionais. Contudo, destacaram que o diálogo entre os diferentes atores, a transparência e a aproximação entre as regiões e o estado são pontos fortes a se ressaltar neste processo.

Dallabrida et al. (2011), ao analisarem a produção do conhecimento acerca da descentralização político-administrativa nos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, perceberam que há desafios a serem superados neste processo. Dentre as questões propostas pelos autores, estão a discussão acerca da conciliação entre democracia representativa e democracia participativa e entre interesses microrregionais e regionais e como as SDRs e os COREDES²² poderiam servir de referência para outras experiências.

A descentralização trata-se de um tema relativamente recente para o Brasil²³ e é um processo que estimula o debate acadêmico e político. Na academia, busca-se analisar o avanço das regiões, mostrando, para o meio político, as áreas e locais que merecem maior atenção por parte do governo e permitindo que os recursos sejam direcionados de acordo com as especificidades de cada região. Assim sendo, é relevante analisar o desenvolvimento das regiões em Santa Catarina, a partir a implantação das SDRs, e também a participação da sociedade nesse contexto de descentralização político-administrativa, visando alcançar seu objetivo principal: a promoção do desenvolvimento regional.

2.2 - Caracterização das SDRs Grande Florianópolis, Blumenau e Joinville

²² Os COREDES foram oficializados em 1994 durante o governo de Alceu Collares (1991-1994), após debates entre a Assembleia Legislativa, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e a sociedade civil, resultando na Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994. Essa lei regularizou a estruturação dos Conselhos, no entanto, eles já existiam desde 1991, mas não de forma regulamentada (DALLABRIDA, 2007).

²³ De acordo com Dallabrida et al. (2011), a Constituição Federal de 1988 possibilita a participação da sociedade na gestão pública do Estado, ainda no seu artigo 1º.

O estado contemplado nesse estudo se sobressai dentro do país, pois tem boas condições de vida e altos níveis de desenvolvimento socioeconômico. O estado de Santa Catarina possui 295 municípios e uma população de 6.248.436 habitantes (2010), distribuídos em uma área de 95.736,17 km², com uma densidade demográfica de 65,27 habitantes/km² (2010) (IBGE, 2014). A taxa de analfabetismo do estado foi de 4,13% (2010), já a expectativa de vida ao nascer da população catarinense estava em 76,61 anos, em 2010, e o coeficiente de mortalidade infantil, nesse mesmo ano, era de 11,54 para mil nascidos vivos (ATLAS, 2014).

No que se refere aos dados econômicos, o PIB a preços de mercado do estado, em 2010, foi de R\$ 152.482.338.108,65 e o PIB *per capita* de R\$ 10.886,55, nesse mesmo ano. Além disso, Santa Catarina participou, em 2010, com 4,04% na composição do PIB nacional, estando na sexta posição no país (IPEADATA, 2014).

Os principais polos de desenvolvimento de Santa Catarina são as próprias cidades que deram seus nomes às Secretarias, Florianópolis, Blumenau e Joinville. Essas Secretarias representaram, aproximadamente, 36% do PIB estadual, em 2010, enquanto que as cidades de Florianópolis, Blumenau e Joinville representam cerca de 24% do PIB estadual, neste mesmo ano (IPEADATA, 2014). De fato, Blumenau e Joinville são os principais centros industriais do estado.

No que se refere às Secretarias, a SDR Grande Florianópolis localiza-se a leste do estado e sua área totaliza-se em 4.539,87 km², aproximadamente, 4,74% da área catarinense (2010). A região é formada por 13 municípios, que totalizam uma população de 891.336 habitantes (2010) (IBGE, 2014). Dentre os segmentos que têm mais importância, pode-se citar a indústria de madeira e mobiliário, papel, gráfica e editoração, empresas tradicionais como têxtil-vestuário, alimentícios, bebidas e álcool e indústrias dinâmicas, como material elétrico e de comunicação, metalúrgica e mecânica (FLORIANÓPOLIS, 2014).

A SDR Blumenau se localiza a nordeste do estado e sua área totaliza-se em 1.628,77 km², aproximadamente, 1,70% da área catarinense. A região é formada por cinco municípios (417.544 habitantes, em 2010) (IBGE, 2014), apresentando dados bastante promissores no que se refere à condição socioeconômica. De acordo com Krützmann e Massuquetti (2010b, p. 11-12),

Blumenau passou em poucas décadas de produtor agrícola para uma economia diversificada, com forte participação do setor têxtil e vestuário. Destaque na produção de *softwares*, cristais, na gastronomia, no comércio diversificado, na saúde e transplantes e na educação.

Por fim, a SDR Joinville localiza-se na região norte-nordeste de Santa Catarina e sua área totaliza-se em 3.354,50 km², aproximadamente 3,50% da área estadual (2011). A região representa pouco mais de 10% da população catarinense, sendo formada por oito municípios, com 646.393 habitantes, em 2010 (IBGE, 2014). Os ramos de empresas que se destacam são as indústrias metal-mecânica, plásticos, têxtil, *softwares*, refrigeração e linha branca. É, atualmente, uma das regiões de maior potencial econômico do estado, sendo que o município de Joinville foi a segunda cidade maior exportadora de Santa Catarina, em 2013 (JOINVILLE, 2014).

Após conhecer o processo de descentralização catarinense e as áreas de estudo, é necessário partir para a análise do desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina e dessas SDRs, no período 1991-2010, que é o foco da próxima seção.

3 - DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO ESTADO DE SANTA CATARINA E NAS SDRs SELECIONADAS

3.1 - Material e Métodos

Os indicadores e índices utilizados neste estudo foram o PIB e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). O PIB (nacional e estadual) foi obtido na base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), denominado IPEADATA. O período de análise foi de 1991 a 2010 e os valores estão em preços constantes de 2000. O IDHM é calculado pelo PNUD e foi obtido no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. No caso do Brasil, da Região Sul, de Santa Catarina, das SDRs e dos municípios investigados, adotou-se o IDHM para os anos de 1991, 2000 e 2010. Para obter o IDHM das SDRs foi calculada a média dos municípios que as integram.

O IDHM, que apresenta uma nova metodologia²⁴, é formado por três dimensões: Longevidade (esperança de vida ao nascer); Educação (% 18+ com fundamental completo na população adulta e, em relação à população jovem, % 5-6 na escola, % 11-13 nos anos finais do fundamental, % 15-17 com fundamental completo, % 18-20 com médio completo) e Renda (renda mensal *per capita* em reais de agosto de 2010). As faixas do IDHM são: entre 0 –

²⁴ Na metodologia anterior, a dimensão Educação era formada pela taxa de alfabetização 15+ (população adulta) e pela taxa bruta de frequência à escola (população jovem) e a dimensão Renda era obtida a partir da renda mensal *per capita* em reais de agosto de 2000 (ATLAS, 2014).

0,499: muito baixo desenvolvimento humano; entre 0,500-0,599: baixo desenvolvimento humano; entre 0,600-0,699: médio desenvolvimento humano; entre 0,700-0,799: alto desenvolvimento humano; e entre 0,800 e 1: muito alto desenvolvimento humano (ATLAS, 2014).

3.2 - Resultados e Discussão

Para fazer uma análise socioeconômica mais completa do estado de Santa Catarina, além do estudo do IDHM catarinense, fez-se também uma apreciação do avanço do PIB do estado, da Região Sul e do Brasil com o intuito de analisar a evolução da participação de Santa Catarina em relação à região e ao país. A importância que o estado tem na Região Sul fica, a cada ano, mais evidente. No período analisado, a participação de Santa Catarina na Região Sul passou de 20,43%, em 1991, para 24,50%, em 2010, demonstrando o quanto o estado tem se sobressaído perante as demais unidades da federação do sul do país. Esse crescimento fica pouco evidenciado quando se examina a participação de Santa Catarina no contexto nacional em razão do maior dinamismo de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A participação de Santa Catarina no PIB nacional oscilou aproximadamente entre 3,49%, que detinha em 1991, e 4,04%, em 2010 (Tabela 1).

Tabela 1: Participação de Santa Catarina no PIB do Brasil e da Região Sul – 1991-2010

Ano/Região	Participação do PIB de Santa Catarina no PIB Brasil (%)	Participação do PIB de Santa Catarina no PIB Região Sul (%)
1991	3,49	20,42
1992	3,87	21,13
1993	3,56	19,30
1994	3,66	19,60
1995	3,65	20,39
1996	3,78	20,97
1997	3,66	20,71
1998	3,55	20,30
1999	3,66	20,64
2000	3,85	21,92
2001	3,88	21,81
2002	3,77	22,33
2003	3,93	22,22
2004	3,99	22,92
2005	3,97	23,95
2006	3,93	24,09
2007	3,93	23,63
2008	4,07	24,56
2009	4,01	24,23
2010	4,04	24,50

Fonte: IPEADATA (2014).

O crescimento médio de Santa Catarina, no período de análise, foi de 5,45% ao ano e um acumulado de 109%. A Região Sul ficou com uma média de crescimento de 3,70% ao ano

e 74,14% quando se verifica o acumulado. O Brasil, que teve seu crescimento alavancado após 2001, ficou com crescimento médio e acumulado, respectivamente, de 4,02% ao ano e de 80,52%, tendo, dessa forma, um crescimento médio superior à Região Sul e inferior à Santa Catarina (IPEADATA, 2014).

No que se refere ao IDHM, como se observa na Tabela 2, o estado também superou a Região Sul e o Brasil, com uma única exceção, o IDHM Renda de 1991, em que a Região Sul apresentou resultados melhores e Santa Catarina obteve praticamente o mesmo IDHM Renda que o Brasil. O IDHM do Brasil, em 1991, foi de 0,493 e chegou a 0,727, em 2010, variação de 47,46%, passando do muito baixo desenvolvimento para o alto desenvolvimento, variando 24,14%, na década de 1990, e 18,79%, na primeira década dos anos 2000. Na Região Sul, a variação foi similar à encontrada no Brasil, inclusive quando se analisam as décadas separadamente, com um crescimento de 42,53%, no período total, e 24,87% e 14,13%, respectivamente, na primeira e na segunda décadas. Nesse caso, o IDHM passou de 0,531, em 1991, para 0,756, em 2010, passando do baixo desenvolvimento para o alto desenvolvimento humano. O estado, apesar de ter se destacado com o maior crescimento, teve variação abaixo da encontrada no Brasil e bastante similar à Região Sul, com 42,54%, no período total, e 24,13%, na primeira década da análise, e 14,84%, na segunda, partindo de um índice de 0,543, em 1991, para 0,774, em 2010. O IDHM de Santa Catarina foi o terceiro melhor IDHM entre os estados brasileiros, ficando somente atrás do Distrito Federal, que obteve um índice de 0,824, em 2010, e São Paulo, que ficou com 0,783, nesse mesmo ano.

Tabela 2: IDHM, IDHM Educação, IDHM Renda e IDHM Longevidade – Brasil, Região Sul, Santa Catarina – 1991/2000/2010

Região/Ano	1991	2000	2010	Variação 1991/2000 (%)	Variação 2000/2010 (%)	Variação 1991/2010 (%)
IDHM						
Brasil	0,493	0,612	0,727	24,14	18,79	47,46
Região Sul	0,531	0,663	0,756	24,87	14,13	42,53
Santa Catarina	0,543	0,674	0,774	24,13	14,84	42,54
IDHM Educação						
Brasil	0,279	0,456	0,637	63,44	39,69	128,32
Região Sul	0,318	0,518	0,669	62,62	29,23	110,16
Santa Catarina	0,329	0,526	0,697	59,88	32,51	111,85
IDHM Renda						
Brasil	0,647	0,692	0,739	6,96	6,79	14,22
Região Sul	0,653	0,714	0,766	9,29	7,38	17,36
Santa Catarina	0,648	0,717	0,773	10,65	7,81	19,29
IDHM Longevidade						
Brasil	0,662	0,727	0,816	9,82	12,24	23,26
Região Sul	0,720	0,788	0,843	9,35	7,07	17,08
Santa Catarina	0,753	0,812	0,860	7,84	5,91	14,21

Fonte: ATLAS (2014).

O Brasil, com a melhor variação no IDHM, foi impulsionado pelo grande avanço no IDHM Educação, que influenciou também a Região Sul e o estado catarinense, em menores

proporções. Supõe-se ter ocorrido em razão da Constituição de 1988, a qual assegurou maiores investimentos na área e possibilitou que as três esferas do governo (municipal, estadual e federal) ampliassem seus investimentos, resultando em melhores índices ao longo do tempo. Destacam-se também os programas de distribuição de renda realizados pelo Governo Federal, como Bolsa Família (política de transferência de renda) e ampliação do atendimento da Previdência Social.

Também foram observados os segmentos Educação, Renda e Longevidade no Brasil, na Região Sul e em Santa Catarina. Na antiga metodologia, todos alcançavam o muito alto desenvolvimento no segmento da Educação já no ano de 2000, o que não acontece mais com a nova forma de calcular o índice, inclusive no IDHM de 2010. O que chama a atenção no IDHM Educação, como foi comentado anteriormente, é a alta variação em seus índices durante o período de 1991 a 2010. Tanto o Brasil, quanto a Região Sul e o estado de Santa Catarina conseguiram mais do que dobrar seus índices. No entanto, em 1991, todos estavam enquadrados no muito baixo desenvolvimento e, em 2000, o Brasil permanecia neste mesmo nível de desenvolvimento. Já a Região Sul e o estado de Santa Catarina haviam avançado para o médio desenvolvimento, em 2010. O IDHM Educação do Brasil passou de 0,279, em 1991, para 0,637, em 2010 (variação de 128%), já a Região Sul variou 110%, no período total, e passou de um índice de 0,318, em 1991, para 0,669, em 2010. Em Santa Catarina, o IDHM Educação variou 111%, com um índice de 0,329, em 1991, e de 0,697, em 2010.

No segmento Renda, a variação não foi tão expressiva quanto na Educação. O Brasil, a Região Sul e o estado catarinense encontram-se enquadrados como alto desenvolvimento, sendo que o maior índice ficou com Santa Catarina, com 0,773, em 2010, e antes disso tinha alcançado um índice de 0,717, em 2000, e iniciado com 0,648, em 1991, uma variação de 19,29%, no período de 1991 a 2010. Os índices da Região Sul variaram 17,36% entre 1991 e 2010, passando de um índice de 0,653, em 1991, para 0,766, em 2010. O Brasil teve um crescimento de 14,22%, entre 1991 e 2010, e alcançou um índice de 0,739, em 2010, em face de um índice de 0,647, em 1991.

A área da Longevidade é o único segmento em que todos estão enquadrados no muito alto desenvolvimento, em 2010. O estado de Santa Catarina ficou com o melhor índice, com 0,860, em 2010, ante 0,753, em 1991. A Região Sul avançou 17,08%, entre 1991 e 2010, e passou de um índice de 0,720, em 1991, para 0,843, em 2010. O Brasil teve o maior avanço nesse segmento, com 23,26%, e alcançou um índice de 0,816, em 2010, enquanto que, em

1991, tinha um índice de 0,662. Importante salientar que todos os índices, em todas as regiões, obtiveram avanços no IDHM principal e demais segmentos.

Na análise individual dos municípios integrantes das três SDRs selecionadas, fica evidente o avanço socioeconômico dos municípios entre os anos de 1991 e 2010. No entanto, no que tange a atingir o IDHM de muito alto desenvolvimento, foram poucas cidades que conseguiram.

No IDHM Total, somente Joinville, na SDR Joinville, Blumenau, na SDR Blumenau, e Florianópolis e São José, na SDR Grande Florianópolis, alcançaram o muito alto desenvolvimento e somente no ano de 2010. As demais cidades foram enquadradas no alto desenvolvimento, nesse mesmo ano, assim como as Secretarias, com exceção das cidades de Angelina e Anitápolis, que foram enquadradas no médio desenvolvimento humano.

Contudo, houve um grande avanço nesse quesito, pois na SDR Joinville, em 1991, das oito cidades integrantes, cinco eram consideradas de muito baixo desenvolvimento e três com baixo desenvolvimento.

Assim como na SDR Grande Florianópolis, que de 13 municípios, seis eram de muito baixo desenvolvimento, cinco de baixo desenvolvimento e as demais se encontravam no médio desenvolvimento. Na SDR Blumenau, uma estava enquadrada no muito baixo desenvolvimento, três no baixo desenvolvimento e uma no médio desenvolvimento (Tabela 3).

Na área da Educação, se fosse considerada a antiga metodologia, todos os municípios teriam o muito alto desenvolvimento já no ano de 2000. No entanto, com a atual metodologia, o cenário é bastante distinto disso.

Para conseguir mencionar essa brutal diferença, no ano de 1991, todos os municípios da SDR Joinville estão enquadrados no muito baixo desenvolvimento, assim como aqueles da SDR Blumenau. E se não fosse pelo município de Florianópolis, seriam todos os municípios da SDR Grande Florianópolis também. Em 2000, a situação evoluiu um pouco para alguns municípios.

Tabela 3: IDHM – Municípios das SDRs Joinville, Blumenau e Grande Florianópolis – 1991/2000/2010

Região/Ano	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM 2010	Variação 1991/2000 (%)	Variação 2000/2010 (%)	Variação 1991/2010 (%)
SDR JOINVILLE	0,503	0,626	0,744	24,51	18,83	47,95
Araquari	0,451	0,578	0,703	28,16	21,63	55,88
Bal. Barra do Sul	0,498	0,639	0,716	28,31	12,05	43,78
Barra Velha	0,530	0,627	0,738	18,30	17,70	39,25
Garuva	0,446	0,555	0,725	24,44	30,63	62,56
Itapoá	0,487	0,634	0,761	30,18	20,03	56,26
Joinville	0,585	0,711	0,809	21,54	13,78	38,29
São Francisco do Sul	0,575	0,658	0,762	14,43	15,81	32,52
São João do Itaperiú	0,451	0,607	0,738	34,59	21,58	63,64
SDR BLUMENAU	0,544	0,675	0,765	24,11	13,30	40,61
Blumenau	0,611	0,727	0,806	18,99	10,87	31,91
Gaspar	0,556	0,670	0,765	20,50	14,18	37,59
Ilhota	0,495	0,637	0,738	28,69	15,86	49,09
Luiz Alves	0,509	0,635	0,737	24,75	16,06	44,79
Pomerode	0,550	0,708	0,780	28,73	10,17	41,82
SDR GRANDE FPOLIS	0,509	0,635	0,749	24,78	17,92	47,15
Águas Mornas	0,369	0,570	0,723	54,47	26,84	95,93
Angelina	0,433	0,552	0,687	27,48	24,46	58,66
Anitápolis	0,399	0,552	0,674	38,35	22,10	68,92
Antônio Carlos	0,464	0,661	0,749	42,46	13,31	61,42
Biguaçu	0,538	0,636	0,739	18,22	16,19	37,36
Florianópolis	0,681	0,766	0,847	12,48	10,57	24,38
Gov. Celso Ramos	0,539	0,635	0,747	17,81	17,64	38,59
Palhoça	0,541	0,656	0,757	21,26	15,40	39,93
Rancho Queimado	0,479	0,604	0,753	26,10	24,67	57,20
Santo Amaro da Imperatriz	0,544	0,678	0,781	24,63	15,19	43,57
São Bonifácio	0,507	0,588	0,731	15,98	24,32	44,18
São José	0,626	0,718	0,809	14,70	12,67	29,23
São Pedro de Alcântara	0,493	0,636	0,734	29,01	15,41	48,88

Fonte: ATLAS (2014).

Já na SDR Grande Florianópolis, dos 13 municípios, dez permaneceram como muito baixo desenvolvimento, outros dois como baixo desenvolvimento e Florianópolis no médio desenvolvimento (Tabela 4).

Na SDR Joinville, somente Joinville evoluiu para o baixo desenvolvimento e os demais continuaram com índices inferiores a 0,499. Na SDR Blumenau, o avanço foi mais acentuado, pois das cinco cidades, duas passaram para o baixo desenvolvimento e uma para o médio desenvolvimento, porém duas permaneceram como muito baixo desenvolvimento.

Tabela 4: IDHM Educação – Municípios das SDRs Joinville, Blumenau e Grande Florianópolis – 1991/2000/2010

Região/Ano	IDHM Educação 1991	IDHM Educação 2000	IDHM Educação 2010	Varição 1991/2000 (%)	Varição 2000/2010 (%)	Varição 1991/2010 (%)
SDR JOINVILLE	0,284	0,447	0,658	57,01	47,45	131,52
Araquari	0,211	0,393	0,602	86,26	53,18	185,31
Bal. Barra do Sul	0,301	0,481	0,611	59,80	27,03	102,99
Barra Velha	0,332	0,444	0,639	33,73	43,92	92,47
Garuva	0,197	0,327	0,640	65,99	95,72	224,87
Itapoá	0,265	0,460	0,682	73,58	48,26	157,36
Joinville	0,365	0,560	0,749	53,42	33,75	105,21
São Francisco do Sul	0,398	0,496	0,699	24,62	40,93	75,63
São João do Itaperiú	0,206	0,411	0,645	99,51	56,93	213,11
SDR BLUMENAU	0,321	0,528	0,654	64,26	24,00	103,67
Blumenau	0,407	0,611	0,722	50,12	18,17	77,40
Gaspar	0,340	0,513	0,655	50,88	27,68	92,65
Ilhota	0,254	0,474	0,607	86,61	28,06	138,98
Luiz Alves	0,271	0,459	0,600	69,37	30,72	121,40
Pomerode	0,334	0,581	0,687	73,95	18,24	105,69
SDR GRANDE FLORIANÓPOLIS	0,296	0,468	0,650	58,14	39,07	119,93
Águas Mornas	0,118	0,368	0,606	211,86	64,67	413,56
Angelina	0,209	0,360	0,581	72,25	61,39	177,99
Anitápolis	0,151	0,329	0,524	117,88	59,27	247,02
Antônio Carlos	0,211	0,487	0,615	130,81	26,28	191,47
Biguaçu	0,335	0,464	0,659	38,51	42,03	96,72
Florianópolis	0,538	0,660	0,800	22,68	21,21	48,70
Gov. Celso Ramos	0,336	0,475	0,651	41,37	37,05	93,75
Palhoça	0,333	0,478	0,672	43,54	40,59	101,80
Rancho Queimado	0,254	0,416	0,644	63,78	54,81	153,54
Santo Amaro da Imperatriz	0,353	0,547	0,710	54,96	29,80	101,13
São Bonifácio	0,293	0,413	0,622	40,96	50,61	112,29
São José	0,450	0,593	0,752	31,78	26,81	67,11
São Pedro de Alcântara	0,263	0,489	0,618	85,93	26,38	134,98

Fonte: ATLAS (2014).

No IDHM Longevidade, assim como na análise do país, região e estado, os índices municipais e das SDR apresentaram alto desenvolvimento, em 1991, e, em 2010, praticamente todos estão como muito alto desenvolvimento.

A única exceção é o município de Angelina, que faz parte da SDR Grande Florianópolis, na qual o IDHM Longevidade ficou em 0,797, em 2010, no entanto, bem próximo a 0,800, que já o enquadraria como muito alto desenvolvimento. Nesse índice, há pouca disparidade entre os municípios e SDRs (Tabela 5).

Tabela 5: IDHM Longevidade – Municípios das SDRs Joinville, Blumenau e Grande Florianópolis – 1991/2000/2010

Região/Ano	IDHM Longevidade 1991	IDHM Longevidade 2000	IDHM Longevidade 2010	Varição 1991/2000 (%)	Varição 2000/2010 (%)	Varição 1991/2010 (%)
SDR JOINVILLE	0,745	0,813	0,857	9,04	5,40	14,93
Araquari	0,716	0,774	0,830	8,10	7,24	15,92
Bal. Barra do Sul	0,725	0,821	0,844	13,24	2,80	16,41
Barra Velha	0,736	0,813	0,857	10,46	5,41	16,44
Garuva	0,718	0,801	0,830	11,56	3,62	15,60
Itapoá	0,731	0,797	0,874	9,03	9,66	19,56
Joinville	0,793	0,869	0,889	9,58	2,30	12,11
São Francisco do Sul	0,762	0,808	0,856	6,04	5,94	12,34
São João do Itaperiú	0,782	0,819	0,873	4,73	6,59	11,64
SDR BLUMENAU	0,764	0,819	0,884	7,20	8,01	15,79
Blumenau	0,772	0,826	0,894	6,99	8,23	15,80
Gaspar	0,747	0,813	0,889	8,84	9,35	19,01
Ilhota	0,785	0,826	0,883	5,22	6,90	12,48
Luiz Alves	0,753	0,795	0,870	5,58	9,43	15,54
Pomerode	0,762	0,834	0,886	9,45	6,24	16,27
SDR GRANDE FLORIANÓPOLIS	0,765	0,817	0,860	6,86	5,23	12,45
Águas Mornas	0,774	0,809	0,853	4,52	5,44	10,21
Angelina	0,710	0,779	0,797	9,72	2,31	12,25
Anitápolis	0,737	0,783	0,836	6,24	6,77	13,43
Antônio Carlos	0,793	0,858	0,890	8,20	3,73	12,23
Biguaçu	0,740	0,794	0,836	7,30	5,29	12,97
Florianópolis	0,771	0,823	0,873	6,74	6,08	13,23
Gov. Celso Ramos	0,779	0,823	0,870	5,65	5,71	11,68
Palhoça	0,775	0,852	0,859	9,94	0,82	10,84
Rancho Queimado	0,774	0,828	0,893	6,98	7,85	15,37
St Amaro da Imperatriz	0,775	0,830	0,890	7,10	7,23	14,84
São Bonifácio	0,774	0,808	0,860	4,39	6,44	11,11
São José	0,786	0,835	0,880	6,23	5,39	11,96
São Pedro de Alcântara	0,757	0,805	0,846	6,34	5,09	11,76

Fonte: ATLAS (2014).

Por fim, na dimensão Renda, em 1991, os municípios estavam enquadrados, na grande maioria, como baixo ou médio desenvolvimento, com exceção de Blumenau e Florianópolis, que já se encontravam com índices superiores a 0,700. No ano de 2010, houve avanço dos índices para todos os municípios, possibilitando que alcançassem o alto desenvolvimento.

No entanto, os municípios de Araquari, na SDR Joinville, e Angelina e Anitápolis, na SDR Grande Florianópolis, não conseguiram ultrapassar o índice de 0,700, permanecendo como médio desenvolvimento. Entretanto, Blumenau e Florianópolis alcançaram o muito alto desenvolvimento (Tabela 6).

Tabela 6: IDHM Renda – Municípios das SDRs Joinville, Blumenau e Grande Florianópolis – 1991/2000/2010

Região/Ano	IDHM Renda 1991	IDHM Renda 2000	IDHM Renda 2010	Varição 1991/2000 (%)	Varição 2000/2010 (%)	Varição 1991/2010 (%)
SDR JOINVILLE	0,613	0,680	0,731	10,98	7,54	19,34
Araquari	0,609	0,634	0,696	4,11	9,78	14,29
Bal. Barra do Sul	0,567	0,66	0,713	16,40	8,03	25,75
Barra Velha	0,61	0,683	0,735	11,97	7,61	20,49
Garuva	0,626	0,652	0,717	4,15	9,97	14,54
Itapoá	0,598	0,695	0,739	16,22	6,33	23,58
Joinville	0,692	0,739	0,795	6,79	7,58	14,88
São Francisco do Sul	0,628	0,710	0,74	13,06	4,23	17,83
São João do Itaperiú	0,571	0,666	0,714	16,64	7,21	25,04
SDR BLUMENAU	0,662	0,715	0,775	8,13	8,35	17,16
Blumenau	0,726	0,761	0,812	4,82	6,70	11,85
Gaspar	0,677	0,722	0,77	6,65	6,65	13,74
Ilhota	0,607	0,661	0,75	8,90	13,46	23,56
Luiz Alves	0,646	0,702	0,766	8,67	9,12	18,58
Pomerode	0,654	0,733	0,78	12,08	6,41	19,27
SDR GRANDE FLORIANÓPOLIS	0,607	0,675	0,752	11,26	11,35	23,89
Águas Mornas	0,552	0,622	0,731	12,68	17,52	32,43
Angelina	0,546	0,599	0,699	9,71	16,69	28,02
Anitápolis	0,57	0,654	0,699	14,74	6,88	22,63
Antônio Carlos	0,598	0,692	0,768	15,72	10,98	28,43
Biguaçu	0,627	0,697	0,733	11,16	5,16	16,91
Florianópolis	0,763	0,828	0,870	8,52	5,07	14,02
Gov. Celso Ramos	0,598	0,654	0,737	9,36	12,69	23,24
Palhoça	0,615	0,693	0,752	12,68	8,51	22,28
Rancho Queimado	0,558	0,639	0,743	14,52	16,28	33,15
Santo Amaro da Imperatriz	0,59	0,687	0,753	16,44	9,61	27,63
São Bonifácio	0,573	0,609	0,729	6,28	19,70	27,23
São José	0,694	0,748	0,799	7,78	6,82	15,13
São Pedro de Alcântara	0,602	0,652	0,757	8,31	16,10	25,75

Fonte: ATLAS (2014).

Na Secretaria de Blumenau, em 2010, o detentor do índice mais alto é o próprio município de Blumenau, com um IDHM de 0,806, e o pior índice foi o de Luiz Alves, com 0,737. No que se refere à Secretaria da Grande Florianópolis, em 2010, o município com o melhor índice foi a capital do estado, Florianópolis, com o IDHM de 0,847, já o município que obteve o pior desempenho foi Anitápolis, com IDHM de 0,674. Por fim, em relação à SDR Joinville, no ano de 2010, o melhor e o pior desempenhos ficaram com Joinville (0,809) e com Araquari (0,703), respectivamente.

Para o IDHM Educação, em 2010, na SDR Joinville, ambos os municípios repetem com os índices mais alto e mais baixo, Joinville e Araquari, com 0,749 e 0,602, respectivamente. Na SDR Blumenau acontece o mesmo, sendo Blumenau com o índice mais

alto, de 0,722, e Luiz Alves com o índice mais baixo, de 0,600. Para a SDR Grande Florianópolis, o município Florianópolis (0,800) obteve o melhor desempenho e Anitápolis (0,524) o pior.

Os dados para o ano de 2010, para o IDHM Longevidade, para a SDR Joinville, mostram que o melhor desempenho ficou com Joinville (0,889) e empatados com o mais baixo desempenho estão Araquari (0,830) e Garuva (0,830). Na SDR Blumenau, continua com Blumenau o melhor desempenho dentre os municípios integrantes, com o índice de 0,894, e o pior valor com Luiz Alves (0,870). Na SDR Florianópolis, os municípios com o melhor e o pior desempenhos, respectivamente, foram Rancho Queimado (0,893) e Angelina (0,797), o único município que não alcançou o muito alto desenvolvimento no IDHM Longevidade, em 2010.

Para o último segmento analisado, o IDHM Renda para o ano de 2010, a Secretaria de Joinville teve seu melhor e pior desempenho com Joinville (0,795) e Araquari (0,696), respectivamente. Na SDR Blumenau, o melhor desempenho continuou sendo com Blumenau (0,812) e o pior com Ilhota (0,750). Na SDR Florianópolis, a própria cidade teve o melhor IDHM Renda, com índice de 0,870, e Angelina e Anitápolis ficaram empatadas com o pior desempenho, com um índice de 0,699.

Cabe ressaltar que dentre todos os municípios, Florianópolis foi o único que obteve muito alto desenvolvimento em todos os quesitos, no ano de 2010, e está nas primeiras posições do *ranking* brasileiro, ocupando o terceiro lugar, em 1991, a sexta posição, em 2000, e, por fim, o terceiro melhor índice novamente em 2010.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de descentralização política, administrativa e fiscal no Brasil, com o objetivo de redistribuir poder e recursos aos estados e municípios, a partir da Constituição Federal de 1988, estimulou o estado de Santa Catarina a criar as SDRs. A organização dos territórios em regiões menores permite estudar os problemas regionais de forma mais específica. Assim, a política pública se torna mais eficiente, pois há um direcionamento do gasto público para as áreas mais necessitadas e também uma fiscalização por parte das Secretarias, buscando uma melhor qualidade de serviços públicos.

Em relação ao IDH, Santa Catarina apresenta um desempenho superior ao país e à Região Sul como um todo, revelando a evolução de seus indicadores socioeconômicos. Apesar desse bom desempenho, de uma forma geral, o estudo demonstra que existe uma dicotomia entre as dimensões de análise. A área que obteve índices de desenvolvimento mais elevados foi a Longevidade, representando a saúde da população, atingindo valores acima de 0,800, tanto no estado, quanto na Região Sul e no país. No entanto, o IDH Educação foi o que mais avançou no período, um dos motivos que pode ter influenciado para que isso ocorresse foi que a educação foi uma das primeiras áreas a ter definições mais claras na Constituição, fixando percentuais mínimos de investimento no setor. Por outro lado, na dimensão Renda, Santa Catarina obteve o índice mais alto, seguido da Região Sul, e, por último, o Brasil. O IDH Renda apresenta uma grande variação em todos os níveis regionais desde a década de 1990, o que representa, de certa forma, a realidade da população brasileira, que tem uma má distribuição de renda histórica e permanente, apesar de estar declinando.

Ao fazer a análise do IDHM, conclui-se que os municípios de Santa Catarina detêm condições de vida mais elevadas do que no restante do país, pois estão com índices bem superiores ao do Brasil, no entanto, apresentam grandes diferenças entre si. Dentre os municípios das três SDRs, o destaque positivo fica com Florianópolis, que obteve todos os índices enquadrados no alto desenvolvimento em 2010 e encontra-se com o terceiro melhor IDHM dentre os municípios brasileiros. Por outro lado, o destaque menos positivo ficou com Anitápolis, também dentro da SDR Grande Florianópolis, que ocupa a 2573ª posição no Brasil, demonstrando a grande diferença de desenvolvimento encontrada, mesmo dentro da própria SDR.

É possível concluir que políticas direcionadas para melhorar a educação e ampliar o crescimento econômico deveriam ser priorizadas nas regiões analisadas, pois chama a atenção o grande avanço da educação no país, resultado de gastos públicos direcionados à área, objetivando terminar com o analfabetismo e ampliar o capital humano. Como forma de desenvolvimento regional, a melhor opção seria a implantação de políticas de promoção de educação técnica e/ou superior e de geração de emprego, já que todas as regiões analisadas são industrializadas e exercem uma forte atração de mão de obra, muitas vezes não qualificada. Por fim, uma sugestão para as essas SDRs seria intensificar a especialização nos segmentos em que essas regiões já são competitivas, para promover o desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATLAS de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. **Consulta**. Brasília: PNUD, 2014. Disponível em: < <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>>. Acesso em: 20 mar. 2014.
- BIRKNER, W. M. K.; TOMIO, F. R. de L. Três aspectos da política de descentralização em Santa Catarina. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté (SP), v. 7, n. 3, p. 3-26, set-dez/2011.
- BUTZKE, L.; THEIS, I. M.; GOULARTI, J. G. Qual “desenvolvimento territorial sustentável” para Santa Catarina? As Secretarias de Desenvolvimento Regional em questão. In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, 3., 2009, Blumenau (SC). **Anais...** Blumenau (SC): APEC, 2009. Disponível em: <http://www.apec.unesc.net/III%20EEC/sesoes_tematicas/>. Acesso em: 22 mar. 2014.
- COSTA, J. S. et al. **Compêndio de economia regional**: métodos e técnicas de análise regional. Cascais (Portugal): Principia, 2011. v. 2.
- DALLABRIDA, V. R. **A gestão territorial através do diálogo e da participação**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- DALLABRIDA, V. R.; BÜTTENBENDER, P. L.; BIRKNER, W. M. K. A experiência de descentralização político-administrativa dos estados de SC e RS: concepções, percepções e síntese avaliativa. **Desenvolvimento Regional em debate**, Canoinhas (SC), ano 1, n. 1, p. 40-64, dez. 2011.
- GRANDE FLORIANÓPOLIS. Secretaria de Desenvolvimento Regional Grande Florianópolis. Disponível em: < <http://www.soo.sdr.sc.gov.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2014.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#indicadores>. Acesso em: 20 mar. 2014.
- IPEADATA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2014.
- JOINVILLE. Secretaria de Desenvolvimento Regional de Joinville. Disponível em: <<http://www.jve.sdr.sc.gov.br/>>. Acesso em: 23 mar. 2014.
- KRÜTZMANN, Vanessa; MASSUQUETTI, Angélica. Análise do desenvolvimento socioeconômico no sul do Brasil: impacto da reestruturação política, administrativa e fiscal nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. In: WORKSHOP DA APDR, 5., 2010., Coimbra (Portugal). **Anais...** Angra do Heroísmo (Portugal): APDR: 2010a.

KRÜTZMANN, Vanessa; MASSUQUETTI, Angélica. Desenvolvimento socioeconômico no sul do Brasil: um estudo dos COREDES (Rio Grande do Sul) e das SDRs (Santa Catarina). In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, VI., 2010., Criciúma (SC). **Anais...** Criciúma (SC): APEC: 2010b. Disponível em: http://www.apec.unesc.net/IV_EEC/sessoes_tematicas/. Acesso em: 22 mar. 2014.

RUDNICK, L. T.; MATTEDI, M. A. Uma análise da política administrativa de descentralização em Santa Catarina, 2003-2009. **Informe Gepec**, Toledo, v. 14, n. 1, p. 39-54, jan./jun. 2010.